

****Florestas ou Nada****

“A verdade é que nós não precisamos de nada que esse sistema pode nos oferecer, mas ele nos tira tudo o que temos.” Ailton Krenak - A vida não é útil

Os tempos atuais exigem posicionamentos claros e de coragem. As crises climáticas e sociais que enfrentamos todos os dias apresentam problemas concretos e que precisam de ações urgentes. Comemos e bebemos agrotóxicos diariamente, respiramos ar de queimadas, estamos perdendo pessoas, biodiversidade e territórios por guerras e catástrofes!

A ideia desse manifesto nasceu da urgência em falar sobre as profundas injustiças e destruições causadas pelo modelo econômico e ambiental que domina o mundo e nossos pensamentos!

Este manifesto é um chamado. Um convite para refletir, questionar e principalmente AGIR, sendo uma ferramenta para fortalecer o debate sobre alternativas que priorizem a regeneração, a justiça social e a defesa da vida. Se posicionar é essencial, pois o silêncio só privilegia quem tem mais poder mantendo o status-quo atual - insustentável e injusto.

Florestas ou nada não é apenas sobre agroflorestas e agroecologia. É sobre a defesa de um futuro viável, sobre a dignidade de quem vive da terra e sobre o compromisso com aqueles que ainda estão por vir. Quando nos posicionamos, afirmamos que o mundo pode ser diferente, que os meios de produção e consumo precisam mudar, que as florestas podem ser reconstruídas produzindo alimento e vida e que não precisamos aceitar o fim da nossa espécie como inevitável

A agricultura como conhecemos hoje é uma construção recente, moldada pela lógica do lucro e da exploração. Em 300 anos, o capitalismo transformou o sistema agroalimentar em um império que prioriza ganhos imediatos à custa da vida. Estamos testemunhando o preço dessa escolha: uma crise climática sem precedentes, uma natureza desequilibrada, e uma sociedade que vê o colapso ambiental como inevitável.

No Brasil, o uso de agrotóxicos é um exemplo desse modelo destrutivo. Somos um dos maiores consumidores mundiais dessas substâncias, com impactos graves na saúde humana e nos ecossistemas. Dados recentes mostram que, no último ano, mais de 720 mil toneladas de agrotóxicos são usadas no país, envenenando solos, águas, alimentos e pessoas. Essa prática não só ameaça nossa saúde, mas também aniquila espécies essenciais para o equilíbrio ambiental, como insetos polinizadores.

A crise é global. A perda de biodiversidade está acelerada: nos últimos 50 anos, o planeta perdeu cerca de 73% da sua biodiversidade, um sinal claro de que estamos vivendo a sexta extinção em massa. A cada espécie extinta, perdemos um pedaço de um sistema interligado e complexo. Essa destruição é irreversível, e as consequências recaem sobre todos nós. Hoje,

imaginar o fim do mundo se tornou mais fácil do que imaginar o fim do capitalismo. Mas o colapso ambiental já começou e para muitos, o fim do mundo também. Estamos sendo obrigados a repensar nossas escolhas antes que seja tarde demais. O sistema que prioriza o lucro acima de tudo nos colocou à beira do abismo, e é hora de tomar outro caminho. Quem lucra com isso não sente o cheiro do veneno na água nem a fome no prato vazio. O lucro deles é regado com o sangue da terra a milhares de quilômetros daqui.

Terras foram abandonadas: a revolução verde intensificou o êxodo rural e junto do seu pacote tecnológico, o abandono da terra também se manifestou pela desertificação que avança sobre vastas áreas que antigamente eram produtivas! O pacote de tecnologia da agricultura tirou o agricultor como detentor dos saberes e do conhecimento do campo, tirou o agricultor do campo e monopolizou a produção agroalimentar. E é a principal razão da constante expansão agrícola. É um sistema que planta seca e destruição! A desertificação avança sobre vastas áreas de terra produtiva, tornando-as inférteis e expulsando comunidades locais que dependiam da terra para sobreviver.

Esse sistema, que promete prosperidade, só nos entrega colapsos. E não vai ser confiando na democracia burguesa que acontecerão mudanças. Existe na nossa constituição a mais de 30 anos a previsão da reforma agrária, mas até hoje nada foi sequer proposto de concreto. As mudanças acontecem em campo nas mãos de quem trabalha e de quem move esse sistema. Estamos perdendo a biodiversidade, destruindo ecossistemas e poluindo nossas águas em uma corrida que beneficia poucos e cobra caro de muitos. Entender esses problemas e agir para reverter o curso é essencial. Nossa luta é por alternativas reais, por sistemas que respeitem a terra, os ciclos naturais e a vida que depende dela.

A terra não é apenas um recurso. Ela é um território que carrega histórias e culturas. Para os povos originários, a terra representa vida, memória e ancestralidade. Respeitar essas populações é entender que a reforma agrária é essencial. Redistribuir terras não é só justiça social; é uma questão de criar mais espaços e políticas onde a floresta e o cultivo possam coexistir.

Hoje, caminhamos sobre a terra empobrecida, em um mundo onde a floresta e a vida natural são substituídas por monoculturas, agrotóxicos e degradação. Seguimos um modelo que suga do solo tudo que ele pode dar, devolvendo em troca destruição, perda de biodiversidade e comunidades rurais abandonadas. Este manifesto é um grito em defesa de outro caminho: um caminho de agrofloresta, de agroecologia e de uma relação de respeito entre nós e a terra. Cada nova geração precisa conhecer o valor das florestas e a importância de cultivar com respeito. Que a educação ambiental seja um direito, ensinando sobre as práticas que regeneram o planeta.

Escolher a floresta é escolher um futuro onde a terra pertence a todos, onde plantamos em respeito ao que ela nos dá, e onde os ciclos naturais são parte da nossa vida. Florestas ou nada: essa é a escolha que temos hoje. Não podemos aceitar que o campo seja reduzido a campos mortos de monoculturas ou pastagens estéreis. Cada hectare de terra devastado para

monocultivo é um pedaço do nosso futuro que se perde. Cada agrofloresta plantada é uma nova chance de recomeçar.

A agrofloresta é a união de espécies, de tempos e de camadas, uma reconstrução da natureza em que plantas e animais crescem em cooperação, e onde o solo é nutrido em cada fase do ciclo de vida. É o cultivo de alimentos em sistemas vivos, onde as culturas crescem em harmonia com as comunidades, a vegetação nativa, os animais e o ambiente. A agrofloresta é o futuro ancestral — não apenas como um retorno ao passado, mas como uma recriação da agricultura baseada em colaboração e conhecimento profundo do solo, das suas necessidades e do território.

A agroecologia, por sua vez, é o alicerce, uma ciência viva que observa e respeita os ciclos naturais, entendendo que o verdadeiro desenvolvimento rural está ancorado na terra, na biodiversidade e na autonomia dos povos e dos territórios. Não aceitamos mais a falsa promessa de produtividade baseada no esgotamento dos recursos e como único fim o LUCRO. E entendemos que temos que enfrentar não somente o uso de adubos químicos, venenos ou maquinários, toda a cadeia de produção e consumo deve ser repensada.

É preciso com urgência, mudanças que aproximem a produção do consumo local, reduzam intermediários e valorizem o trabalho de quem produz diretamente da terra. É uma via de mão dupla: quem trabalha no campo precisa ter voz, direitos e apoio, enquanto quem consome deve entender o impacto de suas escolhas. Transformar os meios de produção é essencial para a criação de sistemas agrícolas justos e regenerativos, nos quais todos possam prosperar sem esgotar o solo, a água e a vida ao redor.

Precisamos de uma nova relação com o ambiente, de uma economia justa para quem vive da terra e de políticas que garantam o direito de todas as pessoas à terra e ao alimento. Não há futuro sem florestas, e sem mudanças profundas, todos perdemos. A democratização da terra é chave para reparar desigualdades históricas e dar às comunidades o poder de gerir, proteger e regenerar seus próprios territórios. A luta pela terra é, antes de tudo, uma luta por justiça social e ambiental. Nos recusamos a aceitar que a destruição seja a norma. Não somos cúmplices de um sistema que arranca tudo que é sagrado e devolve devastação. Cada hectare desmatado, cada rio envenenado, cada animal extinto é um ataque direto ao futuro da vida neste planeta.

Se não falarmos agora, quando? Se não agirmos, quem o fará? Este manifesto é nossa voz no coro da mudança. Este manifesto não é uma súplica. Não estamos pedindo permissão para existir. Estamos exigindo que o poder mude de mãos, que a terra volte para quem a respeita e a protege, e que aqueles que perpetuam esse ciclo de destruição sejam responsabilizados. Não há diálogo possível com quem destrói. Não há paz com quem mata florestas e extermina povos inteiros. Não estamos aqui para negociar migalhas ou aceitar concessões. Estamos aqui para dizer que esse sistema tem que acabar. Que ele será derrubado de uma forma ou de outra. Que cada centímetro de floresta arrancada seja motivo de luta. Florestas ou nada. É simples assim.

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. LEITURA COLETIVA

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: STEFANO

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;

b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;

c) assegura a conservação dos recursos naturais;

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

§ 2º É dever do Poder Público: - richard

a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferencia nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

Inciso 3º - A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

O grande problema do nosso sistema democrático é que permite fazer coisas nada democráticas democraticamente - José Saramago

IN MEMORIAN

Neri Ramos da Silva

Merong Kamakã Mongoió

Roseli Nunes

Chico Mendes

Bruno Pereira

Irmã Dorothy

Dom Philipis

cacique Lucas Santos de Oliveira

Damã e Ivã Xukurutá

E muitas outras pessoas que morreram lutando pelos seus, os meus e os NOSSOS direitos a vida!